

Quanto às proposições da filosofia propriamente ditas, considero-as linguisticamente necessárias e, por conseguinte, analíticas. No tocante à relação da filosofia com a ciência empírica, demonstra-se que o filósofo não está em posição de fornecer verdades especulativas que, por assim dizer, competiriam com as hipóteses da ciência, nem tão-pouco de formular julgamentos a priori sobre a validade das teorias científicas, sendo sua função clarificar as proposições da ciência, através da exposição das suas relações lógicas e da definição dos símbolos que nelas surgem. Defendo, portanto, que não existe nada na natureza da filosofia que justifique a existência de "escolas" filosóficas antagónicas. E tento demonstrá-lo fornecendo uma solução definitiva dos problemas que foram, no passado, as principais fontes de controvérsia entre os filósofos.

O ponto de vista segundo o qual filosofar é uma actividade de análise está associado em Inglaterra à obra de G. E. Moore e seus discípulos. Mas embora tenha aprendido muito com o Professor Moore, tenho razões para crer que ele e os seus discípulos não estão preparados para adoptar um fenomenalismo tão penetrante como eu estou, e que optam por uma visão completamente diferente da natureza da análise filosófica. Os filósofos de quem estou mais próximo são os que constituem o "Círculo de Viena", liderados por Moritz Schlick, e vulgarmente conhecidos como positivistas lógicos. De entre todos, é a Rudolf Carnap quem devo mais. Gostava além disso de reconhecer a minha dívida eterna a Gilbert Ryle, o meu primeiro mentor em filosofia, e a Isaiah Berlin, que discutiram comigo cada ponto da argumentação desta obra e fizeram muitas sugestões valiosas, embora ambos discordem de grande parte do que eu afirmo. Queria também expressar os meus agradecimentos a J. R. M. Willis pela sua correcção das provas.

A. J. AYER
II Foubert's Place, Londres
Julho de 1935

A ELIMINAÇÃO DA METAFÍSICA

As disputas tradicionais dos filósofos são, na maioria, tão infundadas como infrutíferas. A via mais segura para lhes pôr termo é estabelecer, para além de qualquer dúvida, qual deverá ser o objectivo e o método de uma análise filosófica. E isto não é de forma alguma tarefa tão difícil como a história da filosofia poderá dar a entender; porque se há algumas questões cuja resposta a ciência deixa à filosofia, um processo de exclusão de partes conduzirá à sua descoberta.

Podemos começar por criticar a tese metafísica segundo a qual a filosofia nos dá conhecimento de uma realidade que transcende o mundo da ciência e do senso comum. Mais tarde, quando definirmos metafísica e abordarmos a sua existência, verificaremos que é possível ser-se metafísico sem acreditar numa realidade transcendente; veremos que muitas formulações metafísicas se devem mais à prática de erros lógicos do que a um desejo consciente da parte dos seus autores de passar para além dos limites da experiência. Mas convém-nos tomar como ponto de partida para a nossa discussão o caso dos que acreditam que o conhecimento de uma realidade transcendente é possível. Concluiremos que os argumentos que utilizamos para os refutar são subsequentemente aplicáveis à totalidade da metafísica.

Uma forma de combater um metafísico que afirme ter conhecimento de uma realidade que transcende o mundo dos fenómenos será investigar a partir de que premissas foram deduzidas as suas proposições. Não terá ele de partir, como o comum dos mortais, da evidência dos seus sentidos? E, se assim é, que processo válido de raciocínio poderá conduzi-lo à

concepção de uma realidade transcendente? É certo que das premissas empíricas nada relativo às propriedades, ou mesmo à existência, de algo supra-empírico pode ser inferido legitimamente. Mas esta objecção seria confrontada com a negação, por parte do metafísico, de que as suas asserções fossem fundamentalmente baseadas na evidência dos seus sentidos. Diria que era dotado de uma faculdade da intuição intelectual que lhe permitia conhecer factos que não poderiam ser conhecidos através da experiência sensorial. E mesmo que se conseguisse demonstrar que ele se baseara em premissas empíricas, e que a sua passagem para um mundo não-empírico era injustificada logicamente, daí não resultaria que as asserções que ele fizera relativamente a esse mundo não empírico não pudessem ser verdadeiras. O facto de uma conclusão não advir da sua premissa putativa não é suficiente para demonstrar que é falsa. Por consequência, não se pode deitar por terra um sistema de metafísica transcendente pela simples crítica da forma através da qual este surge. O que se exige é uma crítica da natureza dos enunciados que de facto o constituem. E é esta linha de argumentação que seguiremos. Defenderemos que nenhum enunciado referente a uma "realidade" que transcenda os limites de toda a experiência sensorial possível poderá ter qualquer significado literal; daí resulta obrigatoriamente que os esforços de todos os que procuraram descrever tal realidade foram dedicados à produção de afirmações sem sentido.

Pode sugerir-se que esta proposição já foi provada por Kant. Mas Kant, embora também tivesse condenado a metafísica transcendente, fê-lo baseando-se em fundamentos diferentes. Dizia que o entendimento humano era constituído de forma a perder-se em contradições quando se aventurava para além dos limites da experiência possível e tentava abordar as coisas em si. Deste modo, fez da impossibilidade de uma metafísica transcendente não, como nós fazemos, uma questão de lógica, mas uma questão factual. Kant afirmava, não que as nossas mentes não podiam eventualmente ter tido o poder de penetrar para além do mundo dos fenómenos, mas simplesmente que eram de facto desprovidas desse poder. E isto leva o crítico a perguntar, se por hipótese é possível conhecer apenas o que se encontra dentro dos limites da experiência sensorial, em que é que o autor se baseia para afirmar que as coisas reais

existem de facto além desses limites, e como é que pode estabelecer as fronteiras para além das quais o entendimento humano não se pode aventurar, a não ser que ele próprio consiga ultrapassá-las. Como diz Wittgenstein: "para estabelecer um limite ao pensamento, teríamos de pensar os dois lados deste limite"¹; uma verdade a que Bradley confere um efeito especial ao defender que o indivíduo que está pronto a provar que a metafísica é impossível é um irmão metafísico com uma teoria rival da sua².

Seja qual for a força que estas objecções têm contra a doutrina kantiana, não têm nenhuma contra a tese que passo a expor. Não podemos afirmar que o autor está ele próprio a franquear a barreira que defende ser inultrapassável. A inutilidade de tentar transcender os limites da experiência sensorial possível será deduzida, não a partir de uma hipótese psicológica relativa à constituição de facto da mente humana, mas a partir da regra que determina a significação literal da linguagem. A acusação que fazemos ao filósofo metafísico não é a de tentar empregar o entendimento num campo onde este não pode aventurar-se com proveito, mas a de produzir frases que não são conformes com as condições em que só uma frase pode ter um significado literal. Nem somos nós próprios obrigados a fazer afirmações sem sentido para demonstrar que todas as frases de um certo tipo são necessariamente desprovidas de significado literal. Precisamos apenas de formular o critério que nos permita testar se uma frase exprime uma proposição genuína sobre uma questão factual, e depois referir que as frases em análise não o satisfazem. Será o nosso próximo passo. Formularemos primeiro o critério em termos vagos e depois daremos as explicações necessárias para o tornar preciso.

O critério que utilizamos para testar a genuinidade de aparentes enunciados factuais é o critério da verificabilidade. Dizemos que uma frase tem significação factual para um indivíduo se, e apenas se, ele souber como verificar a proposição que a dita frase parece exprimir. Isto é, se ele souber quais são as observações que o levariam, sob determinadas condições, a aceitar a proposição como verdadeira, ou a rejeitá-la

¹ *Tractatus Logico-Philosophicus*, "Preface."

² Bradley, *Appearance and Reality*, 2nd., p. 1.

como falsa. Se, por outro lado, a proposição putativa pertencer ao tipo em que a suposição da sua verdade, ou falsidade, é coerente com qualquer outra suposição relativa à natureza da experiência futura do indivíduo, então, relativamente ao indivíduo, é, se não uma tautologia, uma mera pseudoproposição. A frase que a expressa pode ter uma significação emocional para o indivíduo; mas não tem significado literal. E no que respeita às questões, o procedimento é o mesmo. Inquirimos em cada caso que observações nos conduziram a responder à questão, de uma forma ou de outra; e, se não se descobrir nenhuma resposta, teremos de concluir que a frase em análise não expressa, quanto a nós, uma questão genuína, por muito que a sua aparência gramatical o possa sugerir.

Como a adopção deste procedimento é um factor essencial na argumentação desta obra, necessita de ser examinado em pormenor.

Em primeiro lugar, é necessário estabelecer uma distinção entre verificabilidade prática e verificabilidade em princípio. É claro que todos compreendemos e em muitos casos acreditamos em proposições que de facto não fizemos qualquer tentativa para verificar. Muitas delas são proposições que poderíamos verificar se nos dêssemos a esse trabalho. Mas persiste uma série de proposições significativas, relativas a questões factuais, que não poderíamos verificar, ainda que o quiséssemos; simplesmente porque não possuímos os meios práticos para nos colocarmos na situação em que as observações relevantes poderiam ser feitas. Um exemplo simples e familiar é o da proposição segundo a qual existem montanhas na face oculta da Lua³.

Ainda não foi inventado nenhum foguetão que me permitisse ir fazer observações no lado oculto da Lua, por isso sou incapaz de decidir sobre o assunto através da observação de facto. Mas sei que observações me fariam decidir se, como é teoricamente concebível, alguma vez me encontrasse em posição de as fazer. Defendo portanto que a proposição é verificável em princípio, se não na prática, e é por conseguinte significativa. Por outro lado, uma pseudoproposição metafísica como "o Absoluto participa na evolução e no progresso, mas é em si

³ Este exemplo foi utilizado pelo Dr. Schlick para ilustrar o mesmo ponto.

mesmo incapaz de evolução e progresso"⁴ não é sequer verificável em princípio. Porque não se pode conceber uma observação que nos permita determinar se o Absoluto participa ou não na evolução e no progresso. É decerto possível que o autor de tal consideração esteja a utilizar termos ingleses de uma forma pouco utilizada pelos falantes de inglês e pretenda de facto afirmar algo que poderia ser verificado empiricamente. Mas até que nos faça entender como é que a proposição que deseja exprimir pode ser verificada, não nos consegue comunicar nada. E se admitir, como penso que o autor da reflexão em análise teria admitido, que as suas palavras não tinham intenção de exprimir nem uma tautologia nem uma proposição passível, pelo menos em princípio, de ser verificada, poder-se-á concluir que produziu uma elocução que não tem significação literal, nem sequer para si próprio.

Uma outra distinção que teremos de fazer é a diferenciação entre o sentido "forte" e o sentido "fraco" do termo "verificável". Uma proposição diz-se verificável no sentido forte do termo se, e apenas se, a sua verdade puder ser estabelecida definitivamente pela experiência. Mas é verificável no sentido fraco do termo se for possível torná-la provável pela experiência. Em que sentido estamos a utilizar o termo quando afirmamos que uma proposição putativa é genuína apenas se for verificável?

Parece-me que se adoptarmos a verificabilidade conclusiva com critério de significação, como alguns positivistas têm proposto⁵, a nossa argumentação irá demasiado longe. Consideremos, por exemplo, o caso das proposições universais; proposições como: "o arsénico é venenoso"; "todos os homens são mortais"; "um corpo tende a dilatar-se quando é aquecido". Faz parte da própria natureza destas proposições que a sua verdade não pode ser estabelecida com certeza por nenhuma série finita de observações. Mas se se reconhecer que as proposições universais se destinam a cobrir um número infinito de casos, então tem de se admitir que não podem, nem em princípio, ser verificadas conclusivamente. E nesse caso, se adoptarmos a verificabilidade conclusiva como critério de sig-

⁴ Observação tirada ao acaso de *Appearance and Reality* de F. H. Bradley.

⁵ E.g. M. Schlick, "Positivismus und Realismus", *Erkenntnis*, Vol. I, 1930. F. Waismann, "Logische Analyse des Wahrscheinlichkeitsbegriffs", *Erkenntnis*, Vol. I, 1930.

nificação, somos logicamente obrigados a considerar estas proposições universais do mesmo modo que tratamos os enunciados do metafísico.

Face a esta dificuldade, alguns positivistas⁶ adoptaram o percurso heróico de dizer que estas proposições gerais são na verdade expressões sem sentido, embora um tipo essencialmente importante de expressões sem sentido. Mas aqui a introdução do termo "importante" é apenas uma tentativa de rodear o problema. Serve tão-só para marcar o reconhecimento do autor de que a sua visão é demasiado paradoxal, sem de qualquer modo resolver o paradoxo. Além disso, a dificuldade não se limita ao caso das proposições universais, embora seja aí revelada com mais clareza. É um pouco menos óbvio no caso de proposições sobre o passado remoto, pois devemos, sem dúvida, admitir que, por muito fortes que sejam as provas relativas aos enunciados históricos, a sua verdade nunca pode ser mais do que altamente provável. Defender que também eles constituem um tipo importante, ou insignificante de expressões sem sentido seria, no mínimo, pouco plausível. Na verdade, defendemos que nenhuma proposição, que não uma tautologia, poderá ser mais do que uma hipótese provável. E se isto estiver correcto, o princípio segundo o qual uma frase pode ter significado factual apenas se exprimir o que é verificável conclusivamente é absurdo como critério de significação; pois leva à conclusão de que é completamente impossível produzir um enunciado factual significativo.

Nem podemos aceitar a sugestão de que uma frase poderia ser considerada como portadora de significado factual se, e apenas se, exprimisse algo claramente refutável pela experiência⁷. Os que adoptam esta via partem do princípio de que, embora nenhuma série finita de observações seja suficiente para estabelecer a verdade de uma hipótese para além de qualquer possibilidade de dúvida, há casos cruciais em que uma única observação, ou série de observações, pode refutá-la claramente. Mas, como demonstraremos mais adiante, esta suposição é falsa. Uma hipótese não pode ser refutada conclusiva-

⁶ E.g. M. Schlick, "Die Kausalität in der gegenwärtigen Physik", *Naturwissenschaft*, Vol. 19, 1931.

⁷ Isto foi proposto por Karl Popper na sua *Logik der Forschung*.

mente tal como não pode ser verificada conclusivamente. Visto que, quando consideramos a ocorrência de certas observações como prova de que determinada hipótese é falsa, pressupomos a existência de certas condições. Embora, para qualquer caso, possa ser muito improvável que esta suposição seja falsa, não é impossível logicamente. Veremos que não há necessariamente contradição na defesa de que algumas das condições relevantes são diferentes daquilo por que as tomámos e, por consequência, que a hipótese não caiu por completo. E se determinada hipótese não puder ser claramente refutada, não podemos defender que a genuinidade de uma proposição depende da possibilidade da sua clara refutação.

Voltamos, portanto, ao sentido mais fraco da verificação. Afirmamos que a questão que deve ser colocada sobre qualquer enunciado factual putativo não é se haveria observações que tornassem a sua verdade ou falsidade logicamente certas, mas simplesmente se haveria observações relevantes para a determinação da sua verdade ou falsidade. E só no caso de a resposta a esta segunda questão ser negativa é que concluímos que o enunciado em análise não tem sentido.

Para tornar a nossa posição ainda mais clara, poderemos formulá-la de outra forma. Vamos chamar às proposições que registem uma observação de facto ou possível, proposições experienciais. Em seguida, podemos dizer que a característica principal de uma proposição factual genuína não é que esta deva ser equivalente a uma proposição experiencial, nem a qualquer número finito de proposições experienciais, mas simplesmente o facto de algumas proposições experienciais poderem ser deduzidas a partir dela em conjunção com determinadas outras premissas sem serem deduzíveis apenas a partir destas⁸.

Este critério parece suficientemente liberal. Contrariamente ao princípio da verificabilidade conclusiva, não nega significação às proposições gerais nem às proposições sobre o passado. Vejamos que tipos de asserções exclui.

Um bom exemplo do tipo de elocução que o nosso critério condena, como não sendo sequer falso mas sem sentido,

⁸ Enunciado demasiado simplificado, que não está literalmente correcto. Forneço o que creio ser a formulação correcta no Apêndice, pág. 156.

seria a asserção de que o mundo da experiência sensorial é totalmente irreal. Claro que temos de admitir que os nossos sentidos por vezes nos iludem. Podemos esperar que, por experimentarmos certas sensações, outras nos sejam acessíveis, as quais de facto não o são. Mas, em todos estes casos, é a experiência sensorial posterior que nos informa dos erros provocados pela experiência sensorial. Dizemos que os sentidos por vezes nos iludem apenas porque as expectativas a que as nossas experiências sensoriais dão origem nem sempre coincidem com o que subsequentemente experimentamos. Isto é, baseamo-nos nos sentidos para provar ou refutar os julgamentos que são baseados nas nossas sensações. Por isso, o facto de por vezes se descobrir que os nossos julgamentos perceptivos são erróneos não serve minimamente para demonstrar que o mundo da experiência sensorial é irreal. E é claro que nenhuma observação ou série de observações concebíveis serviriam para demonstrar que o mundo que nos é revelado pela experiência sensorial é irreal. Por consequência, quem quer que condene o mundo sensível como um mundo de mera aparência, como oposto à realidade, está a fazer uma afirmação literalmente sem sentido, de acordo com o nosso critério de significação.

Um exemplo de uma controvérsia que a aplicação do nosso critério nos obriga a condenar como fictícia é a dos que discutem o número de substâncias que existem no mundo. E tanto os monistas, que defendem que a realidade é uma substância, como os pluralistas, que defendem que a realidade é muitas substâncias, admitem que é impossível imaginar uma situação empírica que fosse relevante para a solução da sua discussão. Mas se nos for dito que nenhuma observação possível poderia conferir qualquer probabilidade quer à asserção de que a realidade é uma substância, quer à asserção de que a realidade é muitas substâncias, teremos de concluir que nenhuma das asserções é significativa. Veremos mais tarde⁹ que a disputa entre monistas e pluralistas envolve questões lógicas e empíricas. Mas a questão metafísica relativa à "substância" é excluída pelo nosso critério como sendo uma questão espúria.

⁹ No Capítulo 8.

Teremos de conferir um tratamento semelhante à controvérsia entre realistas e idealistas, no seu aspecto metafísico. Um exemplo simples que utilizei num argumento semelhante¹⁰ ajudará a demonstrar esta posição. Suponhamos que é descoberto um quadro e se sugere que foi pintado por Goya. Existe um procedimento definido para uma questão deste tipo. Os peritos examinam o quadro para analisarem de que forma se assemelha às obras acreditadas de Goya, e para verem se este exhibe sinais característicos de uma falsificação; procuram nos arquivos contemporâneos provas da existência de um tal quadro, e assim por diante. No fim da investigação, podem continuar a discordar, mas cada um sabe quais as provas empíricas a aplicar para confirmar ou desacreditar a sua opinião. Vamos supor agora que estes homens estudaram filosofia, e que alguns deles continuam a defender que este quadro é um conjunto de ideias na mente do observador, ou na mente de Deus, enquanto outros afirmam que é objectivamente real. Que experiência possível poderia qualquer das partes ter que fosse relevante para a solução desta disputa, a favor de uns ou de outros? No sentido corrente do termo "real", em que se opõe a "ilusório", a realidade do quadro não está em dúvida. Os contendores certificaram-se de que o quadro é real, neste sentido, ao obterem uma série de sensações da vista e do tacto correlacionadas. Há algum processo semelhante através do qual pudessem descobrir se o quadro é real, no sentido em que o termo "real" se opõe a "ideal"? Decerto que não. Mas, se assim é, o problema é fictício, de acordo com o nosso critério. Isto não significa que a controvérsia entre realistas e idealistas possa ser posta de parte sem mais, pois pode ser legitimamente encarada como uma disputa relativa à análise de proposições existenciais e, como tal, envolvendo um problema lógico que, como veremos, pode ser resolvido definitivamente¹¹. O que acabámos de demonstrar é que a questão em debate entre idealistas e realistas se torna fictícia quando, como é caso frequente, lhe é dada uma interpretação metafísica.

Não temos necessidade de dar mais exemplos da forma como o nosso critério de significação opera, pois o nosso

¹⁰ Vide "Demonstration of the Impossibility of Metaphysics", *Mind*, 1934, p. 339.

¹¹ Vide Capítulo 8.

objectivo é simplesmente demonstrar que a filosofia, como ramo genuíno do saber, deve ser distinguida da metafísica. Não estamos neste momento preocupados com a questão histórica de quanto do que tradicionalmente tem passado por filosofia é na verdade metafísico. Referiremos, contudo, mais tarde que a maioria dos "grandes filósofos" do passado não eram essencialmente metafísicos, e desta forma tranquilizaremos os que de outro modo seriam impedidos de adoptar o nosso critério por considerações de ordem religiosa.

Quanto à validade do princípio da verificação, da forma como o expusemos, será demonstrada ao longo desta obra. Demonstraremos que todas as proposições que têm conteúdo factual são hipóteses empíricas e que a função de uma hipótese empírica é fornecer uma regra para a antecipação da experiência¹². Isto significa que todas as hipóteses empíricas têm de ser relevantes para uma qualquer experiência de facto ou possível, de forma que um enunciado que não seja relevante para nenhuma experiência não é uma hipótese empírica, e por conseguinte não tem conteúdo factual. Mas isto é precisamente o que o princípio da verificabilidade afirma.

Não poderemos deixar de mencionar que o facto de as elocuições do filósofo metafísico não terem sentido não advém simplesmente do facto de serem desprovidas de conteúdo factual, mas também de não serem proposições *a priori*. E ao afirmarmos que não são proposições *a priori*, estamos mais uma vez a antecipar as conclusões de um capítulo posterior deste trabalho¹³. Demonstrar-se-á que as proposições *a priori*, que sempre constituíram um grande atractivo para os filósofos devido ao seu teor de certeza, devem esta certeza ao facto de serem tautologias. Podemos, por conseguinte, definir uma frase metafísica como uma frase que parece expressar uma proposição genuína, mas que efectivamente não expressa nem uma tautologia nem uma hipótese empírica. E como as tautologias e as hipóteses empíricas formam toda a classe de proposições significativas, temos razões para concluir que nenhuma asserção metafísica tem sentido. A tarefa seguinte será mostrar como são construídas.

¹² Vide Capítulo 5.

¹³ Vide Capítulo 4.

A utilização do termo "substância", a que já nos referimos, fornece-nos um bom exemplo da forma como a maior parte da metafísica é formulada. Acontece que, na nossa língua, não nos podemos referir às propriedades sensíveis de uma coisa sem introduzir uma palavra ou expressão que pareça estar para a coisa em si e que se oponha a tudo o que possa ser dito sobre a mesma. E, por consequência, os que estão imbuídos da superstição primitiva de que a cada nome deve corresponder uma única entidade real supõem que é necessário distinguir logicamente entre a coisa em si e qualquer das suas propriedades sensíveis ou todas elas. Aplicam portanto o termo "substância" para se referirem à coisa em si. Mas, o facto de empregarmos uma só palavra para referir uma coisa, e fazermos desse vocábulo o sujeito gramatical das frases em que nos referimos às aparências sensíveis dessa coisa, não significa de modo algum que a coisa em si seja uma "entidade simples", ou que não possa ser definida em termos da totalidade das suas aparências. É verdade que ao falar das "suas" aparências parecemos distinguir a coisa das aparências, o que constitui um mero acidente do uso linguístico. A análise lógica demonstra que o que torna estas "aparências" as "aparências de" essa coisa não é a sua relação com uma entidade exterior, mas as suas relações umas com as outras. O metafísico não consegue ver isto porque é induzido em erro por uma característica gramatical superficial da sua linguagem.

Um exemplo mais simples e claro da forma como uma consideração de ordem gramatical conduz à metafísica é o caso do conceito metafísico de Ser. A origem da nossa tentação de levantar questões sobre o Ser, a que nenhuma experiência concebível nos permitiria dar resposta, reside no facto de, na nossa língua, frases que exprimem proposições atributivas poderem ter a mesma forma gramatical. Por exemplo, as frases "os mártires existem" e "os mártires sofrem" consistem ambos num nome seguido de um verbo intransitivo, e o facto de terem a mesma aparência gramatical leva-nos a supor que sejam do mesmo tipo lógico. Podemos ver que, na proposição "os mártires sofrem", é conferido um determinado atributo aos membros de uma certa espécie, e parte-se por vezes do princípio que o mesmo é verdadeiro para uma proposição como "os mártires existem". Se fosse de facto esse o caso, seria na verdade tão

legítimo especular sobre o Ser dos mártires como sobre o seu sofrimento. Mas, como Kant referia¹⁴, a existência não é um atributo, pois quando conferimos um atributo a uma coisa, afirmamos dissimuladamente que ela existe; de forma que, se a própria existência fosse um atributo, daí adviria que todas as proposições existenciais positivas seriam tautologias e todas as proposições existenciais negativas seriam contraditórias; o que não é o caso¹⁵. De modo que os que levantam questões sobre o Ser baseadas na suposição de que a existência é um atributo são culpados de seguirem a gramática para além dos limites do sentido.

Tem sido cometido um erro semelhante com proposições como "os unicórnios são fictícios". Mais uma vez, o facto de haver uma semelhança gramatical superficial entre as frases da língua inglesa "Dogs are faithful" e "Unicorns are fictitious", e entre as frases correspondentes em outras línguas, cria a suposição de que são do mesmo tipo lógico. Os cães têm de existir para terem a propriedade de serem fiéis e, portanto, defende-se também que, a não ser que os unicórnios tivessem alguma forma de existência, não poderiam ter a propriedade de serem fictícios. Mas, como é nitidamente contraditório afirmar que objectos fictícios existem, adopta-se o artifício de dizer que são reais num sentido não-empírico — têm um modo de ser real que é diferente do modo de ser das coisas existentes. Ora como não existe nenhuma forma de testar se um objecto é real neste sentido, como existe para testar se é real no sentido corrente do termo, a asserção de que os objectos fictícios têm um modo especial não-empírico de serem reais é desprovida de toda e qualquer significação literal. É formulada a partir da suposição de que ser fictício é um atributo. É isto constitui uma falácia da mesma ordem da que consiste em supor que a existência é um atributo, e pode ser exposta da mesma forma.

Em geral, o postulado das entidades reais não existentes resulta da superstição, acabada de referir, segundo a qual para cada palavra ou frase que possa ser o sujeito gramatical de uma

frase, deve existir algures uma entidade real correspondente. Como não há espaço no mundo empírico para muitas destas "entidades", é invocado um mundo não-empírico especial para as albergar. A este erro devem ser atribuídas, não só as elocuições de um Heidegger, que baseia a sua metafísica na suposição de que "nada" é um nome utilizado para denotar algo peculiarmente misterioso¹⁶, mas também a prevalência de problemas como os concernentes à realidade de proposições e universais cuja falta de sentido, embora menos óbvia, não é menos completa.

Estes poucos exemplos contêm uma indicação suficiente da forma como a maior parte das asserções metafísicas são formuladas. Demonstram como é fácil produzir frases que são literalmente sem sentido sem se ver que o são. Deste modo, vemos que a perspectiva segundo a qual uma série de "problemas da filosofia" tradicionais são metafísicos, e por consequência fictícios, não envolve quaisquer suposições incríveis sobre a psicologia dos filósofos.

Entre os que reconhecem que se a filosofia deve ser considerada como um ramo genuíno do saber deve ser definida de forma a ser distinguida da metafísica, é moda falar do filósofo metafísico como uma espécie de poeta deslocado. Uma vez que os seus enunciados não têm sentido literal não estão sujeitos a nenhum critério de verdade ou falsidade; mas podem, no entanto, servir para exprimir ou provocar emoção e, dessa forma, estar sujeitos a padrões éticos ou estéticos. É também sugerido que podem ter valor considerável como meio de inspiração moral ou mesmo como obras de arte. Faz-se, deste modo, uma tentativa para compensar o filósofo metafísico pela sua exclusão da filosofia¹⁷.

Receio bem que esta compensação não seja a recompensa que ele merece. A perspectiva segundo a qual o filósofo metafísico deve ser incluído entre os poetas parece basear-se na suposição de que ambos têm expressões sem sentido.

¹⁴ Vide *Was ist Metaphysik*, de Heidegger: criticado por Rudolf Carnap em "Überwindung der Metaphysik durch logische Analyse der Sprache", *Erkenntnis*, Vol. II, 1932.

¹⁷ Para uma discussão deste ponto, ver também C. A. Mace, "Representation and expression", *Analysis*, Vol. I, N.º 33; e "Metaphysics and Emotive Language", *Analysis*, Vol. II, N.ºs 1 e 2.

¹⁴ Vide *The Critique of Pure Reason*, "Transcendental Dialectic", Book II, Chapter III, Section 4.

¹⁵ Este argumento é bem expresso por John Wisdom, *Interpretation and Analysis*, pp. 62, 63.

Mas esta suposição é falsa. Na grande maioria dos casos as frases que são produzidas pelos poetas têm de facto sentido literal. A diferença entre o indivíduo que utiliza a língua cientificamente e o que a utiliza emotivamente não é que um produza frases incapazes de despertar emoção e o outro frases sem sentido, mas que um está sobretudo preocupado com a expressão de proposições verdadeiras e o outro com a criação de uma obra de arte. Deste modo, se uma obra científica contiver proposições importantes e verdadeiras, o seu valor como obra científica não ficará diminuído pelo facto de serem expressas de uma forma menos elegante. Do mesmo modo, uma obra de arte não é necessariamente menos boa pelo facto de todas as proposições que a constituem serem literalmente falsas. Mas dizer que muitas obras literárias são largamente compostas por falsidades, não é dizer que são compostas por pseudoproposições. É de facto muito raro um artista literário produzir frases que não tenham sentido literal. E quando isto acontece, as frases são cuidadosamente escolhidas pelo seu ritmo e harmonia. Se o autor escreve frases sem sentido, é porque considera ser essa a forma mais adequada para provocar os efeitos que constituem o objectivo da sua escrita.

O filósofo metafísico, por outro lado, não pretende escrever frases sem sentido. Comete o lapso de o fazer ao ser induzido em erro pela gramática, ou ao cometer erros de raciocínio, como os que conduzem à visão de que o mundo sensível é irreal. Mas cometer erros deste tipo não é só apanágio do poeta. Na verdade, há quem veja no facto de as elocuições do metafísico não terem sentido uma razão contra a perspectiva de que têm valor estético. Sem ir tão longe, poderemos afirmar com segurança que isso não constitui razão para tal.

É verdade, contudo, que embora a maior parte da metafísica seja meramente a encarnação de erros vulgares, continua a existir uma série de passagens metafísicas que são fruto de um sentimento místico genuíno; estas podem ser mais plausivelmente consideradas portadoras de valor moral ou estético. Mas, quanto a nós, a distinção entre o tipo de metafísica que é produzida por um filósofo enganado pela gramática, e o tipo produzido por um místico que tenta exprimir o inexprimível, não tem grande importância; o que é importante é perceber que até as elocuições do filósofo metafísico que tenta expor uma

visão são literalmente sem sentido; de modo que, a partir de agora, podemos prosseguir as nossas investigações filosóficas tendo tais elocuições em tão pouca consideração como a que atribuímos ao tipo mais inglório de metafísica que advém da incapacidade de compreender os mecanismos de funcionamento da nossa linguagem.